

# Cartas de emigrantes: outra visão da emigração no distrito de Coimbra para o Brasil (1916)<sup>1</sup>

## Letters from emigrants: another view of emigration in the district of Coimbra to Brazil (1916)

MÁRIO JORGE MARTINHO DA COSTA

Professor do Agrupamento de Escolas de Marco de Canaveses

[mariohistoriacosta@gmail.com](mailto:mariohistoriacosta@gmail.com)

ORCID: 0000-0001-9077-471X

Artigo entregue em: 13 de julho de 2020

Artigo aprovado em: 17 de fevereiro de 2021

### RESUMO

O artigo visa divulgar as cartas escritas pelos emigrantes enquanto fonte no estudo da problemática da emigração portuguesa. Na qualidade de prática comunicativa que liga o Brasil como país de chegada e o distrito de Coimbra enquanto unidade administrativa de partida, a análise de 59 cartas de 1915 e 1916 que se encontram no Arquivo da Universidade de Coimbra pensadas aos processos de passaportes revela a espantosa

---

<sup>1</sup> O presente artigo constitui uma versão aligeirada do quarto capítulo da tese de doutoramento em História intitulada *A emigração no distrito de Coimbra através dos registos de passaportes (1835-1918)*, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto e defendida em 16 de janeiro de 2020. Aproveito, pois, para corrigir certos pormenores na referenciação documental e reforçar o que me pareceu outrora indispensável para um texto claro e explícito, isto é, a reprodução no original do discurso das cartas de emigrantes citadas.

visão da maneira de viver e de pensar a emigração para os seus protagonistas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Emigração; distrito de Coimbra; cartas de emigrantes.

### **ABSTRACT**

This article aims to disseminate letters written by emigrants as a source in the study of the issue of Portuguese emigration. As a communicative practice that connects Brazil as a country of arrival and the district of Coimbra as an administrative unit of departure, the analysis of 59 letters from 1915 and 1916 that are in the Archive of the University of Coimbra attached to the passport processes reveals the amazing vision of the way of living and thinking about emigration for its protagonists.

**KEYWORDS:** Emigration; district of Coimbra; letters from emigrants.

## **Introdução**

No Prefácio à 1.<sup>a</sup> edição de *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*, Fernand Braudel chama a atenção para a importância do espaço de âmbito geográfico na investigação *histórica ao asseverar que* “estas questões de enquadramento são as primeiras a porem-se-nos, e delas derivam todas as outras; delimitar é definir, analisar, reconstruir”<sup>2</sup>. Porém, no processo de construção do conhecimento histórico, ao historiador importa que o espaço não seja apenas geográfico, mas, por exemplo, também social, para, desta forma, recuperar através dos estudos biográficos e topográficos, o papel de sujeito histórico ao nível individual ou coletivo<sup>3</sup>.

Aparentemente inócua, mas específica do processo emigratório, a carta era a representação escrita endereçada a familiares, parentes ou amigos com o propósito de os convidar ou convencer a emigrar. Além de diminuir os efeitos nocivos da saudade, permitia tomar conhecimento dos acontecimentos do frágil ecossistema deixado para trás e transmitir eco do novo mundo. Por intermédio dos seus protagonistas, vemos o desejo de reunificação familiar pela chamada das mulheres, filhos ou outros parentes, apresentado em discurso que denota baixa escolarização, mas, no qual, é possível polarizar a

---

<sup>2</sup> BRAUDEL, 1995: 22.

<sup>3</sup> ALVES, 1988: 413-414.

problemática da emigração configurada em perspetiva qualitativa observada pelo ponto de vista dos protagonistas. A carta de um emigrante enquanto fonte do processo de pesquisa e construção históricas reúne um potencial

“evocativo e de fascínio de apelo excepcional, pelo simples fato de ser um documento privado e pessoal que, pelo menos virtualmente, nos transporta de improviso bem para o meio do evento emigração, permitindo-nos observar internamente alguns aspectos ou momentos, inclusive particularmente íntimos, sob o ponto de vista dos protagonistas”<sup>4</sup>.

## 1. Institucionalização e consolidação das cartas de emigrantes

Na segunda metade do século XIX, o desenvolvimento das estradas e caminhos de ferro, mas, também, dos principais portos marítimos permitiu o movimento de barcos movidos a vapor que originaram carreiras regulares entre os principais portos de Portugal com o exterior transformando o oceano Atlântico numa autoestrada, em particular com o Brasil. A par da circulação de mercadorias e passageiros, circulam as necessárias cartas de ordem, génese das populares cartas de chamada ou cartas de emigrantes que, com visto consular, constituíam base legal no processo do reagrupamento familiar, em que mulheres casadas partiam para junto do marido, ou filhos menores partiam para junto do pai ou outros parentes<sup>5</sup>.

Afora as cartas de chamada ou cartas de emigrantes circulava outro tipo de correspondência trocada entre os emigrantes:

“cartas rituais (nas quais comunicam-se nascimentos, mortes, casamentos etc.), cartas informativas (nas quais transmitem-se notícias não rituais), cartas sentimentais (de amor, rompimento, de aspectos mais íntimos), cartas literárias (leitura pública, com interesses estéticos) e cartas de negócio e trabalho”<sup>6</sup>.

O período que abarca os séculos XIX e XX, entre a Revolução Liberal de 1820 e as duas primeiras décadas de 1900, corresponde à época por excelência da valorização da instrução pública como instrumento capaz de

---

<sup>4</sup> CROCI, 2008: 14-15.

<sup>5</sup> ALVES, 1993: 210.

<sup>6</sup> THOMAS & ZNANIECKI, 1918-1920, citado em MATOS, 2017: 31.

dirimir o atraso de Portugal em relação à Europa pela formação de mão de obra capaz ao novo mundo do trabalho exigível pela revolução industrial. Perante as elevadas taxas de analfabetismo, a importância da escrita surge no âmbito do desenvolvimento do aparelho burocrático e administrativo do Estado e como fator de promoção social. Porém, no país real, a alfabetização não fazia parte das opções dos meios rurais.

Percebemos, assim, que a verdadeira idiosincrasia da alfabetização ocorre efetivada pela emigração. As famílias tinham consciência da importância da aquisição de conhecimentos de leitura, escrita e aritmética, necessários ao desempenho de atividades comerciais e fator promotor de sucesso no Brasil. Por isso, surge a necessidade de frequentar a escola e de adquirir conhecimentos em algumas matérias.

E quando esta massa de gente emigrava em busca do paraíso, havia a necessidade de manterem contacto com os familiares que ficaram em Portugal.

“As cartas são justamente o testemunho deste esforço, desta tarefa impossível: a busca constante para reconstruir, ou manter inalterado, através da escrita, aquilo que a emigração havia irremediavelmente interrompido ou modificado”<sup>7</sup>.

Apesar da prática das chamadas, o Brasil, apenas pelo Decreto n.º 9.081, de 3 de novembro de 1911, introduziu a obrigação da chamada para os maiores de 60 anos e os não aptos para o trabalho. Este documento deveria de demonstrar que a família estava disposta e capaz para a subsistência. Contudo, no diploma referido, o governo brasileiro legisla além do exposto e força os candidatos a obter o estatuto de emigrante a conseguir este documento. Na redação do artigo 5.º do decreto supracitado, comprometia-se a fornecer gratuitamente aos estrangeiros que pretendessem exercer a profissão de agricultores e que queiram fazer-se acompanhar da família ou chamados por familiares já com o estatuto de emigrantes no Brasil, passagens de 3.ª classe entre o porto de embarque até ao Rio de Janeiro ou outro porto brasileiro, apoio no desembarque de pessoas e bagagens com roupa, alimentação, tratamento médico e medicamentos, transporte até à estação ou porto de destino e isenção de direitos para bagagem, instrumentos agrícolas ou da sua profissão. E o artigo 18.º dava direito de preferência para o embarque nas companhias de navegação que houvessem firmado

---

<sup>7</sup> CROCI, 2008: 17.

contratos com o Governo Federal, entre outros, com os chamados por parentes que se encontram estabelecidos no Brasil<sup>8</sup>.

Sobre os escritos dos emigrantes, no caso específico das populares cartas de chamada ou de emigrantes, Federico Croci diferencia dois grupos no que se refere à tipologia de documentos referentes à emigração italiana no estado de São Paulo: as cartas oficiais e as cartas privadas. As cartas oficiais são documentos redigidos em formulários nos consulados dos países interessados no estado de São Paulo. Por sua vez, as cartas privadas, são cartas manuscritas redigidas pelo familiar que se encontrava no Brasil e que o parente de partida da Itália trazia consigo como testemunho de alguém que o pudesse receber e manter<sup>9</sup>.

Em Portugal, pela forte influência na economia portuguesa das remessas que os emigrantes enviavam regularmente para as famílias, potenciando o crescimento e o desenvolvimento económico, mantendo, desta forma, forte ligação ao país e possibilitando o retorno, a lei portuguesa não permitia que as mulheres casadas e os filhos menores pudessem emigrar sem a autorização dos maridos e dos pais. Em torno das restrições legais, a mulher não era alvo da piedade das autoridades administrativas na concessão de passaporte. Esclarecedor a este respeito é o ofício da administração do concelho de Góis dirigido ao Governo Civil de Coimbra datado de 30 de outubro de 1896:

“Veio a esta administração uma mulher residente em um lugar desta freguesia, apresentando uma carta que afirma ter recebido do marido, que anda no Brazil, e o qual lhe diz que vá lha ter com elle e que leve em sua companhia um seu filho de 2 annos, e uma outra criança de 8 annos que aquella mulher já tinha ao tempo do casamento. A carta não é documento por onde possa provar-se a autorização do marido para a sahida da mulher e dos filhos menores, pois nem a letra pode ser do proprio, que não sabe escrever.

Nestes termos venho solicitar de V. Exa. se digne dizer-me se, apesar da falta de autorização legal do marido, posso ou devo mandar organizar o processo para a concessão de passaporte como a referida mulher deseja”<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> CROCI, 2008: 27-28; MATOS, 2012: 128.

<sup>9</sup> CROCI, 2008: 25-26.

<sup>10</sup> Arquivo da Universidade de Coimbra – Governo Civil de Coimbra, Mobilidade demográfica, Correspondência recebida (1888-1915), Caixa 135, Administração do concelho de Góis, 30 de outubro de 1896.

Por isso, nos processos de pedido de emissão de passaporte podemos encontrar a título excepcional, entre outros documentos, cartas endereçadas a elementos da família assumindo o desejo de os receber. Os interessados em se aproximarem dos seus familiares, deslocavam-se a um cartório e perante duas testemunhas reconheciam a legitimidade do signatário do documento.

Apenas com o Decreto n.º 7:427, de 30 de março de 1921, as cartas dos emigrantes como comprovativo de chamada serão substituídas por certificado emitido pelo posto consular do lugar de destino a atestar que são chamados pelos pais, mães, tutores ou irmãos do género masculino, maiores de vinte e um anos, para a companhia de quem se dirigem:

“o qual declarou, por esta bastante Carta de Chamada, autoriza a vir para a sua companhia as seguintes pessoas de sua família (...) e que o mesmo ‘chamante’ possui meios de fortuna para os sustentar (...) e tendo assinado termo de compromisso de sustento e repatriação das referidas pessoas”<sup>11</sup>.

Apesar de na época as cartas dos emigrantes não desempenharem um papel na transmissão de uma imagem do fenómeno emigratório pelo registo dos laços afetivos que com dificuldade seriam exibidos publicamente, bastando na invasão do privado o olhar das entidades oficiais, a sua importância como fonte para o estudo da emigração deriva de circunstâncias várias: por nos aproximarmos sem sermos vistos e dar uma vista de olhos na geografia de família, compadrio e de vizinhança e observarmos fragmentos de histórias individuais e coletivas dos que partiram e dos que ficaram, do sonho e da esperança dos descontentes na busca de vida melhor em países que aparentemente tinham mais para oferecer; pela amplitude do texto, se encontrarem um conjunto de reflexões capazes de desfazer o carácter místico do regresso ou por se encontrarem satisfeitos com a nova situação ou pelo sentimento relacionado com o receio da condição de miséria que levavam; por tais reflexões constituírem a análise de situações concretas à agudeza do trabalho e da vida quotidiana dos emigrantes portugueses; o facto da natureza dos problemas discutidos e suscitados se revestirem de pertinência transcendente à época; o facto do ano de análise definido – 1916 – se encontrar revestido pelo primeiro conflito à escala mundial e como tal, de formas dramáticas da vida humana que encontram eco, mais ou menos explícito, no texto.

---

<sup>11</sup> Texto de formulário de carta de chamada, citado em SILVA, 2014: 66.

## 2. A identidade das cartas de emigrantes

Em que compulsar as cartas de emigrantes? As cartas podem ser localizadas entre o universo documental dos processos de pedido de passaporte.

O processo de pedido de passaporte era constituído pelo termo de identidade, no qual, confirmava-se a identidade do requerente, mencionando nome, filiação, freguesia e concelho de naturalidade, destino, abonador e testemunhas, data e assinaturas, certidão de nascimento, certidão com todos os antecedentes criminais e documento a atestar, à data da emissão, o cumprimento das obrigações militares enquanto cidadão nacional. Nalguns processos encontramos recibos de pagamento das viagens, nas candidatas a emigrante declaração a indicar o motivo ou motivos da viagem e cartas endereçadas por familiares ou amigos aos quais se pretendiam aproximar.

Deste imenso oceano de papéis, centrámos a nossa abordagem nos processos de pedido de passaporte para o Brasil no ano de 1916 localizados no universo do património arquivístico do Arquivo da Universidade de Coimbra. A opção no quadro temporal reside com a diminuição do fluxo emigratório por consequência do desenrolar da Primeira Guerra Mundial o que diminuiu a preocupação em compulsar de forma exaustiva os processos de pedido de passaporte na recolha documental e pelo reflexo da conjuntura nacional e internacional da entrada de Portugal na Grande Guerra à qual não terão ficado alheios os protagonistas deste estudo. Observámos aleatoriamente 59 cartas que podem ser consideradas de chamada. O número apresenta 58 cartas escritas por indivíduos do género masculino e 1 carta escrita por indivíduo do género feminino. O Anexo 1 apresenta a relação das cartas com a identificação da data, emissor, área de origem, destinatário e a data do pedido de passaporte.

### 2.1. A forma de escrita

Antes de procedermos à análise do conteúdo, iremos abordar a forma de escrita. Na investigação centrada na análise de cartas, correspondência e mensagens de portugueses localizadas no Memorial do Imigrante de São Paulo, antiga Hospedaria dos Imigrantes, no Arquivo Distrital do Porto e no Arquivo Distrital de Braga, Maria Izilda Santos de Matos observou que as cartas

“apresentam um português fonético, marcado pela oralidade, uso aleatório das maiúsculas e minúsculas, problemas ou falta de pon-

tuação, separação e/ou articulação indevida de palavras, troca de consoantes (v pelo b), expressões em desuso, o que dificulta a leitura e demonstra as dificuldades destes sujeitos históricos em manter a prática da escritura”<sup>12</sup>.

Estas considerações são consagradas nas cartas de emigrantes da presente investigação.

A título de ilustração, apresentamos um fragmento da carta de Jorge de Souza dirigida à mulher:

“Inez hoze mesmo estou rrezolvido a altorizar atua biaje para bires para estas terras ce eu não poso mais estar so dezeija ce benhas para aminha companhia cazo ceiras vir eu te espero omais vrebe posibel eu não te espero carta esperote ati e ofilho”<sup>13</sup>.

Segundo a definição de Filippo Lussana, estamos perante cartas de iletrados<sup>14</sup>.

“É evidente que quem escrevia tinha bem pouca familiaridade com papel, caneta e tinteiro, por isso o exercício da escrita continuará a ser uma tarefa excessivamente trabalhosa, quase um esforço contra a natureza”<sup>15</sup>.

Realçamos, ainda, que as cartas não se apresentam datilografadas e são poucas as que possuem caligrafia de fácil compreensão.

Além da falta de tempo para exercitarem a leitura e a escrita, provocada pela absorção no exercício de atividade profissional, convém não esquecermos o nível mínimo de alfabetização destes emigrantes. Por isso, na procura em manter os laços afetivos, pois se o contacto regular não fosse mantido poderia levar ao desânimo e perda de interesse na vontade em descrever as novas

---

<sup>12</sup> MATOS, 2012: 124.

<sup>13</sup> A referência documental da carta de emigrante far-se-á pelo seguinte modelo: indicação da entidade detentora da documentação = Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), o fundo em questão = Governo Civil de Coimbra relativo a Documentos de Passaportes (GCC/DP), o número de ordem da unidade de instalação (Caixa), a indicação do documento (Carta) a que se acrescenta o número do processo de pedido de passaporte e a data. AUC – GCC/DP, Caixa 683, carta de São Paulo, de 25 de junho de 1916, n.º 381, de 05/09/1916.

<sup>14</sup> LUSSANA, s.d. [1913], citado em CROCI, 2008: 19.

<sup>15</sup> CROCI, 2008: 19.



experiências de vida, é natural que os emigrantes procurem ultrapassar estes obstáculos apelando a outra pessoa que escrevesse a carta.

Voltando à escrita, as cartas dos emigrantes vêm o conteúdo enquanto autêntico confirmado por assinatura do escrevente. Contudo, a carta só assumia a característica de documento oficial, ou seja, só se tornava num dos papéis necessários para que a viagem se pudesse concretizar depois de observado o previsto na legislação. Isto é, o reconhecimento de assinatura da pessoa que escreveu. Para o efeito, a concretização acontecia num espaço livre da carta. Ou nas margens laterais, direita ou esquerda, ou na margem inferior, ou na margem superior, ou na página não escrita.

O reconhecimento era feito pelo notário. Se o notário tivesse documento no qual pudesse confirmar a autoria da assinatura ou da letra e assinatura, limitava-se a uma exposição, datada e assinada e com a assinatura do notário e anotação da data sobre as estampilhas fiscais.

Por exemplo: “Reconheço por similhaça a assignatura retro de Miguel dos Santos. Montemor o Velho, 1 de Março de 1916”<sup>16</sup>.

Quando o notário não tinha meio de reconhecer a assinatura do escrevente, pela ausência de documento capaz de confirmar a autoria, esse reconhecimento era feito com o recurso à presença de duas testemunhas de reconhecida idoneidade, devidamente identificadas pelo notário e que subscreviam através de breve declaração, datada e assinada, a veracidade da aposição do nome individual. Sobre cada estampilha fiscal, representativa da obrigação pecuniária, o notário assinava e colocava a data.

Exemplo concreto é a carta de António Marques da Cunha:

“Reconheço a assinatura desta carta por me certificarem as testemunhas que comigo assinam que é verdadeira. São Pedro d’Alva, dezoito de Fevereiro de mil novecentos e desaseis. Deste onze e meio centavos. Em testemunho da verdade”<sup>17</sup>.

Por vezes, surge o reconhecimento de letra e assinatura. A declaração é em tudo idêntica ao reconhecimento de cada assinatura, sendo apenas a referência à letra.

---

<sup>16</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 682, carta de Santos, de 5 de outubro de 1915, n.º 214, de 02/03/1916.

<sup>17</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 681, carta do Rio de Janeiro, sem referência à data, n.º 168, de 19/02/1916.

A carta de Álvaro Mendes expressa o exposto: “Declaramos que esta carta e escripta i assignada pelo proprio Albaro Mendes residente em Rio das Pedras da sidade do Rio de Janeiro, a quem conhecemos”<sup>18</sup>.

Na análise encetada às cartas dos emigrantes, foi possível gizar outra dinâmica. A carta escrita a pedido. Vejamos dois exemplos. No primeiro exemplo: “Reconheço a letra d’esta carta como sendo de Jose Gonçalves residente em Campinas (Brazil) que a escreveu a rogo de Manuel Gonçalves que e seu irmão”<sup>19</sup>.

No segundo exemplo, duas testemunhas declararam que a letra e assinatura não eram do próprio e que este havia solicitado o serviço de escrever a carta. As testemunhas declararam, ainda, ter conhecimento que este indivíduo mandou ir a mulher:

“Nós abaixo assinados declaramos que a presente carta foi mandada escrever por aquele que faz como seu sinatario – Raul Fernandes Lamas, casado, trabalhador, do logar do Carapinhal, freguezia de Miranda do Corvo, e hoje ausente no Brazil, e isto o declaramos porque temos conhecimento de que o mesmo Raul Fernandes Lamas mandou ir sua mulher Ana Augusta Lamas para sua companhia”<sup>20</sup>.

Com efeito, no cumprimento do previsto na lei, o notário reconheceu as assinaturas das testemunhas.

Perante a situação exposta, a comparação do nome nos livros de registo de passaportes levou-nos a concluir da partida sem grau de instrução<sup>21</sup>. Estamos na presença de uma situação de analfabetismo declarado. O emigrante não sabe escrever, mas a necessidade de comunicar com a família obrigou ao recurso de mediador, podia ser familiar ou amigo, conhecido ou alguém que escrevia cartas para analfabetos, como gesto solidário ou em troca de determinado favor.

No quadro de certificação notarial da autoria da assinatura, quem são as testemunhas que abonavam a favor da autenticidade da assinatura do autor da carta? Não é possível, com facilidade, responder a esta pergunta.

---

<sup>18</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 681, carta do Rio das Pedras, de 17 de março de 1915, n.º 88, de 28/01/1916.

<sup>19</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 682, carta de Campinas, de 12 de dezembro de 1915, n.º 225, de 08/03 de 1916.

<sup>20</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 682, carta de Campinas, de 17 de outubro de 1916, n.º 579, de 17/11/1916.

<sup>21</sup> Arquivo da Universidade de Coimbra – Governo Civil de Coimbra, Registo de passaportes, Livro 214, fl. 38, n.º 451.

Por isso, entrando no campo da conjectura, as duas testemunhas que abonavam a favor da assinatura do escrevente da carta poderiam ser ou personalidades escolhidas pelos destinatários das cartas, quem sabe os escreventes das cartas de resposta ou indivíduos que gravitavam em volta do cartório e por causa do grau de alfabetização se prontificavam para autenticar a letra e a assinatura de qualquer indivíduo, em troca de gratificação, apesar de, na maior parte dos casos nem sequer conhecerem os autores das cartas e não raras as vezes reconhecerem a autenticidade da assinatura de alguém que recorrera a outrem para a escrever<sup>22</sup>.

Na análise às cartas de emigrantes, além das dificuldades em matéria de correção linguística e a falta de domínio dos mecanismos de coesão e coerência textual, notamos a marca de analfabetismo, no provável recurso a modelo estabelecido para escrever uma carta pela expressão escrita se apresentar com alguma criatividade.

Por exemplo de cartas escritas fazendo o mais que provável uso de modelo estabelecido, serve a carta mandada escrever por Manuel Gonçalves ao irmão José Gonçalves – “Minha querida mulher do meu coração. Com muito gosto mandei lançar a mão a pena para saver da tua perfeita saude a sim como das nosas meninas”<sup>23</sup>; e, a carta de Manoel Carvalho – “Minha querida mulher com muito gosto e alegria mandei pegar a mão a pena sómentes para saber da tua istimada e bóa saude”<sup>24</sup>.

Ante os indivíduos cujo analfabetismo não é declarado, os registos de passaportes não permitem perceber se estamos diante de indivíduos cujo domínio da expressão escrita pressupõe a planificação, redação e revisão da produção textual com maior ou menor grau de dificuldade ou se a aprendizagem da escrita se resume à produção do próprio nome.

De caráter interpessoal, as cartas de emigrantes deveriam de expressar reciprocidade, ou seja, respostas à escrita. Nesse sentido, pesa a fragilidade sobre a periodicidade da correspondência por denúncia de quase completa ausência de dados.

Contudo, por vezes, transpareceram lamentos pela quebra do equilíbrio formal estabelecido. Referimos Jeremias Seco que ante a lamúria da mulher por não receber cartas dele há, pelo menos, nove meses, insinua que apesar da

---

<sup>22</sup> SILVA, 2014: 65-66.

<sup>23</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 682, carta de Campinas, de 12 de dezembro de 1915, n.º 225, de 08/03/1916.

<sup>24</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 682, carta sem referência ao local de origem, de 13 de março de 1916, n.º 281, de 18/04/1916.

vontade em o fazer, nunca mais recebeu cartas dela sem saber o motivo<sup>25</sup>. Ou José Fernandes que através de enunciada desculpa, se justifica com a falta de oportunidade para responder às cartas da mulher sob o pretexto de mudança de lugar<sup>26</sup>. Ou Adolfo Nunes Martins, para lá dos motivos que considera legitimadores em não responder a duas cartas remetidas pela mulher, importa mencionar a sucessão temporal em que as recebeu: 8 de janeiro e 24 de janeiro. É oportuno registrar que não respondeu à primeira carta por se encontrar à espera de resposta a outra carta e não respondeu à segunda carta pela dificuldade em cumprir o trajeto a pé entre o local em que se encontrava e a cidade de Campinas. Apenas quando recebeu no dia 3 de fevereiro terceira carta, que, segundo ele, lhe vai desafogar no coração paixões e saudades, decidiu responder à mulher<sup>27</sup>.

Por sua vez, António Gomes Ferreira, considera que se a mulher tivesse recebido a carta enviada em novembro, já estaria perto de desembarcar<sup>28</sup>. Mencionamos a evidente amargura de Manuel Gomes André no atraso na recepção de cartas, situado em 25 a 28 dias, por causa da guerra<sup>29</sup>. Por último, Manuel Rodrigues Carregã expressou na carta remetida à mulher desculpas por esta se encontrar tanto tempo sem receber cartas, apoiando-se como justificativo na deslocação de África para o Brasil com o propósito de melhorar a situação financeira<sup>30</sup>.

## 2.2. A estrutura composicional

Quanto à estrutura composicional, as cartas dos emigrantes, escritas em papel simples, em papel de carta ou em papel de carta timbrada com logótipo de empresas, possuem modelo delineado muito provavelmente recuperado da correspondência erudita e adaptado ao dizer popular<sup>31</sup>.

---

<sup>25</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 684, carta de Santos, de 5 de setembro de 1916, n.º 545, de 30/10/1916.

<sup>26</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 684, carta de Maxambomba, de 27 de agosto de 1916, n.º 502, de 16/10/1916.

<sup>27</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 682, carta de Campinas, de 6 de fevereiro de 1916, n.º 257, de 14/03/1916.

<sup>28</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 682, carta de Cândido Rodrigues, de 16 de janeiro de 1916, n.º 258, de 14/03/1916.

<sup>29</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 685, carta de São Paulo, de 31 de agosto de 1916, n.º 554, de 04/11/1916.

<sup>30</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 682, carta de Cataguases, de 20 de janeiro de 1916, n.º 234, de 10/03/1916.

<sup>31</sup> SILVA, 2014: 60.

As cartas analisadas obedecem à seguinte estrutura: identificação do local em que foi escrita e a data, a invocação, a abertura, o conteúdo e o formulário de saudação, a assinatura do remetente e o pós-escrito.

### **2.2.1. O local e a data**

A importância da referência ao local e à data é fator de contextualização do assunto às dimensões do espaço e do tempo. O local e a data surgem, na quase totalidade das cartas, na primeira linha, alinhando o texto à direita. Não encontramos referências à realidade exposta em sete cartas.

### **2.2.2. A invocação**

Na invocação, os destinatários identificados são familiares e amigos. Encontramos a esposa (52), a irmã (1), a mãe (1), o amigo (1), o amigo e compadre (1), o cunhado (1), o padrinho (1) e o pai (1).

As palavras utilizadas demonstram certa intimidade e emoção, quer se trate da esposa, com expressões como: “Minha querida mulher”, “Minha querida mulher do meu coração”, “Minha querida esposa” ou “Minha esposa”, aparecendo, por vezes, a simples enunciação do nome – “Albertina”, “Júlia”, “Maria” – ou o recurso ao adjetivo “Querida” antes de declarar o nome – “Querida Maria” –, de um amigo – “Sr. Manoel, saúde e felicidades”, de um amigo e compadre – “Saudações, amigo e compadre”, a um cunhado – “Cunhado e amigo” –, à mãe – “Minha mãe muito estimo” –, ao padrinho – “Padrinho muito estimo” – e ao pai – “Meu querido pai”.

### **2.2.3. A abertura**

Na abertura observamos a formulação de discurso pragmático e interativo no qual o remetente começa por expressar votos de saúde ao destinatário para de seguida estender a outros parentes. Ao mesmo tempo manifesta o estado de saúde, o sentimento de saudade, as desculpas pela demora na resposta a uma carta ou a ausência ou a indicação de ter recebido carta. De seguida, apresentamos quatro excertos representativos do exposto.

Manoel Carvalho escreve à mulher:

“Com muito gosto e alegria mandei pegar a mão a pena sómente para saber da tua istimada e bóa saude igualmente de noça mãe i de toda a noça família que a minha a té a data de hoje é boa graças a Deus para sempre”<sup>32</sup>.

Citamos Humberto Almeida Pinto:

“Muita estima a tua saude assim como de toda a família eu felizmente bem já fas tempo que não recebo carta tua não sei o motivo porque tu deichas de escrever de serto queres faser como eu mas na te debes regular por mim porque nem sempre tenho bagar”<sup>33</sup>.

Em Luís Quintino:

“Maria ca resebi a tua estimada carta í nella vi tudo cuanto tu me mandastes dizer u que eu mais estimei foi de tu ficares de saude a mais a minha filhinha que eu i o Antonio andamos na forma do costume”<sup>34</sup>.

Por último, José Fernandes:

“Com muito praser mandei lançar a mão a penna somente para saber da tua importante e feliz saude em companhia de nössas mininas que a minha ão presente eu fico bom felismente eu Augusta peço-te desculpa por te não ter respondido as tuas cartas de vido eu mudar de lugar que eu já não istou no mesmo lugar”<sup>35</sup>.

#### **2.2.4. O conteúdo**

O conteúdo é a parte mais extensa do corpo da carta. Basicamente, o escrevente apela para que um ou mais membros da família se vão reunir a

---

<sup>32</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 682, carta sem referência ao local de origem, de 13 de março de 1916, n.º 281, de 18/04/1916.

<sup>33</sup> AUC – GCC/DP, Caixa, 683, carta de Santos, de 26 de março de 1916, n.º 350, de 06/07/1916.

<sup>34</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 684, carta do Rio de Janeiro, de 21 de julho de 1916, n.º 428, de 11/09/1916.

<sup>35</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 684, carta de Maxambomba, de 27 de agosto de 1916, n.º 502, de 16/10/1916.

ele. Além deste apelo, encontramos nalgumas cartas, ainda que de forma ambígua, discussões em torno do regresso, não só pela eventual aquisição de propriedade, mas, também, pelo drama de não querer regressar à aldeia, na qual a vida não era assim tão má, pela ausência do tão esperado sucesso. "(...) por enquanto não posso ir para ahí sem acabar a empreitada que tomei de café e só daqui a 4 anos é que vae finda (...)"<sup>36</sup>, escreveu Manuel Simões Sérgio à mulher.

Por sua vez, José Maria Correia, fortemente condicionado pelas dificuldades que se encontrava a viver no Brasil, solicita à mulher que vá para ter com ele e leve o filho pois "só assim nós tornaremos a ver que eu a Portugal não vou máis hogue estou dezenganádo de ahi voltar mas com isso eu pouco me emcomódo"<sup>37</sup>.

Ao mesmo tempo, a gestão do património a deixar na terra de origem pela alienação ou outros modos de rentabilização. Destacamos a carta de Augusto Lima. Este emigrante apresenta à mulher formas eficazes de lidar com os vários interesses. Apresentamos o seguinte excerto:

"Agora vou explicarte o que eu quero que faças, caso recebas esta carta a tempo, convem deixares procuração ao tio João da Cruz e ao meu primo José Cluna procuração sufessiente para eles poderem vender a hora que eu daqui mandar ordens para isso, porque não sabemos a que avemos de chigar. Peçote que não vendas a louça fina deixa ella encaixotada e tras uma relação das peças que deixas, assim como goardar os livros e papeis de importância que eu tenho ahi; o quadro da primeira missa dita no Brasil das elle ao meu primo José Cluna, porque foi pedido que elle me fez ainda eu estava ahi"<sup>38</sup>.

As cartas trocadas entre o emigrante e a sua família expressam as relações familiares. Havia maridos que manifestavam preocupação pela saúde dos pais: "Tens sabido dos meus paes? Vão veem de saude?"<sup>39</sup>, indagou Francisco Cardoso Marques. Outros maridos reclamavam o conhecimento

---

<sup>36</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 684, carta de Santos, de 24 de agosto de 1916, n.º 513, de 19/10/1916.

<sup>37</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 684, carta de São Roque, de 5 de setembro de 1916, n.º 542, de 27/10/1916.

<sup>38</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 684, carta de Luíz Pinto, de 15 de agosto de 1916, n.º 512, de 19/10/1916.

<sup>39</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 685, carta de Manaus, de 16 de setembro de 1916, n.º 567, de 11/11/1916.

pelo falecimento de um ente querido. É o caso de Francisco Almeida: “já tinha sabido pelos nossos vizinhos triste notícia do falecimento de minha mãe”<sup>40</sup>. Encontramos maridos que também são filhos com escritos apaziguadores para atraírem elementos da família. Alfredo da Silva Sampaio procurou preparar a mãe para nova experiência, a mudança:

“Minha mãe que eu lhe peço para não se afligir e que trate de se ir conformando para a viagem porque também lá não fica demora mais uns meses mas também nem se Deus quiser. Deves dar a minha mãe 6 000 reis para a sepultura de minha irmã que so agora é que podem ir”<sup>41</sup>.

Determinados maridos demonstraram a existência de conflitos familiares tendo como principal mote a emigração. Consideramos José Duarte Correia: “Muito obrigado a teu pai que não quiz ser fiador pençava que eu não lhe pagava. Ainda tenho mais para te mandar se for preciso”<sup>42</sup>. Já outros maridos procuravam resolver conflitos conjugais dificultados pelo distanciamento. É o caso de Manuel Gomes André perante as queixas da mulher que se sentia desprezada:

“Eu sei bem, que tu, tens razão, em estares muito magoada com muitas coisas que ahi te disseram, porem, mais tarde verás, quem te merece mais confiança, se sou eu, ou se é quem te disse essas coisas. Não faças conta d’essas loucuras, e lembra-te sempre, que o teu marido, hade ser sempre aquilo que deve ser, e não velhaco como alguém te queira mostrar”<sup>43</sup>.

Preocupado com boatos que pudessem desonrar a família, António da Costa declarou de forma assertiva:

“Anna determinante que não quero que o teu subrinho entre em minha casa durante toudo o tempo que voçez ahi estiverem e a

<sup>40</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 683, carta de São Paulo, de 4 de abril de 1916, n.º 409, de 24/08/1916.

<sup>41</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 685, carta de São Paulo, de 5 de outubro de 1916, n.º 580, de 18/11/1916.

<sup>42</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 684, carta de Niterói, de 25 de junho de 1916, n.º 451, de 21/09/1916.

<sup>43</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 685, carta de São Paulo, de 31 de agosto de 1916, n.º 554, de 04/11/1916.



sinhora Zulmira que trate de ser maes dada ao respeito que não quero namoros ahi ella tem muito tempo a inda de namorar e de se cazar”<sup>44</sup>.

Apesar de todos os esforços de aproximação pela exaltação das virtudes do Brasil com o propósito de convencer a pessoa chamada a aceitar a partida e, desta forma, promover a reunificação familiar, por vezes, alguns emigrantes não hesitavam em intervir junto das mulheres para que os filhos seguissem viagem quando estivessem criadas condições para evitar a hipótese de fracasso. Observamos os testemunhos de António Abrantes e José Carvalho, na devida ordem: “as piquenas é conveniente ficarem ai por enquanto entregues à avó”<sup>45</sup> e “já não quero que tragas nenhum filho porque a qui quanto maior é a família maior é a desgraça”<sup>46</sup>.

Outros manifestam o perfil de crédito e confiança e as transferências de dinheiro necessárias no processo de aquisição de passaportes. Alguns maridos, por cuidado ou desconfiança perante a forma como as mulheres poderiam lidar com o dinheiro, solicitavam o recurso a intermediários com a garantia de posterior encaminhamento da quantia despendida. Neste contexto, consideramos António Marques da Cunha: “pede o dinheiro ao Sr. José Morgado que depois se manda”<sup>47</sup>. Outros maridos manifestavam confiança na gestão do dinheiro pela mulher. O primeiro exemplo é Alfredo da Silva Sampaio que escreveu: “envio numa letra de 5 0000 mils reis fortes para tratares de tirar passaporte”<sup>48</sup>. O segundo exemplo é António da Costa pela liberdade concedida à mulher na providência do dinheiro necessário na aquisição do passaporte e no tratamento da documentação:

“se intenderes que é maes depressa vai ter com o Antonio Jorge de Óliveira a Candoza que te empreste o dinheiro e que te emsine as voltas que ades dar para arranjares os papeis que eu lhe pago a

---

<sup>44</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 685, carta de Niterói, de 14 de setembro de 1916, n.º 602, de 24/11/1916.

<sup>45</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 685, carta do Rio de Janeiro, de 28 de setembro de 1916, n.º 585, de 21/11/1916.

<sup>46</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 683, carta do Rio de Janeiro, de 13 de maio de 1916, n.º 337, de 17/06/1916.

<sup>47</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 681, carta do Rio de Janeiro, sem referência à data, n.º 168, de 19/02/1916.

<sup>48</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 685, carta de São Paulo, de 5 de outubro de 1916, n.º 580, de 18/11/1916.

elle logo que ca chegues eu lhe mando o dinheiro a elle logo arrangalo o mas brebe possivel"<sup>49</sup>.

Alguns emigrantes mandavam recomendações sobre a dinâmica da viagem transatlântica e a existência de uma rede de solidariedade na partida e na chegada. De uma forma geral, os homens partiam primeiro. Por isso, quando escreviam com o propósito de atrair os familiares, vemos declaradamente nas instruções relativas à viagem, o testemunho reconhecido de quem já havia passado pela experiência. Sobre a travessia vale a pena ressaltar os testemunhos das dificuldades enfrentadas por Manoel Carvalho e José Rodrigues dos Santos. Manoel Carvalho lembrou a fome que se passava a bordo e a possibilidade de serem tomados pelo enjoo: "compre umas latas de atúm i trragam frutas que podem enjuar na biagem"<sup>50</sup>. Por sua vez, José Rodrigues dos Santos observou a importância da qualidade dos vapores na travessia do Atlântico e a importância de uma rede de solidariedade na chegada a Lisboa nas orientações de embarque:

"Escolhe um vapor que seja bom pois mais vale dar mais alguma coisa de que vir n'algum carregueiro que demora 22 a 25 dias em cima d'agua (...) Mando-te aqui junto um cartão do Hótel de Lisboa a quem deves escrever trez ou quatro dias antes de embarcares na Mealhada afim de te esperár quando chegares a Lisboa e não te perderes por lá"<sup>51</sup>.

De Bernardo da Silva Costa consideramos os laços de solidariedade na chegada ao Brasil. Preocupado, por alguma razão, não poder esperar a mulher no porto de Santos, indicou os procedimentos a tomar:

"Quando tu chegares a Santos o desembarcar ce eu la não estiver tu tira passagem para São Paulo se tiveres de ficar alguma noite em S. Paulo não te asustes porque us donos dos ó theis emcinão tudo como cedeve faser e tiras passagem de S. Paulo"<sup>52</sup>.

---

<sup>49</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 685, carta de Niterói, de 14 de setembro de 1916, n.º 602, de 24/11/1916.

<sup>50</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 682, carta sem referência ao local de origem, de 13 de março de 1916, n.º 281, de 18/04/1916.

<sup>51</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 683, carta de São José do Rio Pardo, de 27 de março de 1916, n.º 329, de 09/06/1916.

<sup>52</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 682, carta de Inácio Uchôa, de 25 de janeiro de 1916, n.º 231, de 09/03/1916.

Quando falamos em redes de solidariedade que funcionam como correia de transmissão no processo emigratório, favorecendo, desta forma, a saída, devemos, obrigatoriamente, referir o envolvimento de familiares, amigos e conterrâneos. O testemunho de Manuel Ribeiro é paradigmático do papel de conterrâneos no favorecimento das saídas e, desta forma, na promoção do reforço dos laços familiares:

“mandar-me para a minha companhia a minha filha Aida que ai está em seu poder veja se me a pode mandar em companhia da Maria Ribeiro do Seixo que me disseram que ela vem para aqui”<sup>53</sup>.

Outros, mais pragmáticos, não deixavam de apresentar as oscilações e a situação económica nacional e do Brasil. Desta forma, faziam prolongar o tempo para a chamada. Abílio Cortez testemunha a pouca disponibilidade financeira dos emigrantes:

“Maria do Rozario eu tencionei mandarte vir para aqui mas como esta muito caro o cambio eu fis contratado com nosso primo Antonio Maria para elle té abonar 100.000 mil reis digo seis mil reis”<sup>54</sup>.

Manuel Gonçalves ilumina bem as dificuldades causadas pela Primeira Guerra Mundial com o agravamento dos problemas financeiros do país pelo crescimento do défice público e da dívida do Estado: “eu sei que as couzas aqi estão ruiz mas segundo se consta as cosas ahi a inda estão piores”<sup>55</sup>.

Por vezes, emerge um estado de pobreza declarado pelo desmoronar da utopia em relação à vida e ao trabalho. Alguns emigrantes escreviam aos familiares desalentados com a situação encontrada no Brasil. Viviam desanimados e consideravam as possibilidades de progresso nulas. É os casos de Augusto da Silva Campos: “Olympia estou a trabalhar na fazenda do Snr. Dr. Samuel Saul, em Bragança como operario mas pobre”<sup>56</sup>, e, de Miguel

<sup>53</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 684, carta de São Paulo, de 3 de junho de 1916, n.º 440, de 18/09/1916.

<sup>54</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 683, carta sem referência ao local de origem, sem referência à data, n.º 363, de 22/07/1916.

<sup>55</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 682, carta de Campinas, de 12 de dezembro de 1915, n.º 225, de 08/03/1916.

<sup>56</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 683, carta de Bragança, de 10 de julho de 1916, n.º 410, de 24/08/1916.

dos Santos: “vêija que eu e escusado mi matar que à minha sorte não é nenhuma o que siadé de fazer esperrasi pare ella”<sup>57</sup>.

Outros, tranquilizavam a partida com trabalho garantido e a aquisição do tão almejado sucesso. Havia emigrantes que viam no Brasil o progresso e até descreviam os sucessos alcançados e empoleirados na tão sonhada prosperidade chamavam os familiares. É interessante observarmos António Maria Lemos: “Maria José o mais depressa que possas que as machinas já estão compradas e nos comessemos a trabalhar no dia 1 de julho pois não te demor muinto que fazes muinta falta”<sup>58</sup>, e, António Gomes Ferreira:

“pessote que venhas o mais depressa pucivel porque eu estou atrapalhado com tanto serviço tanho a fazenda toda cheia de milho e feijão e 8 mil pés de café, já vese que para mim sozinho é muito serviso, e eu não posso estar a pagar a trabalhadores”<sup>59</sup>.

Na carta de António Marques da Cunha vemos o desejo do marido de aproximar a mulher com a garantia de trabalho: “Cá estou em caza do Senhor Francisco Morgado e elle me disse que te perguntasse se qrias vir para caza delle a servir”<sup>60</sup>.

Ainda nessa vontade firme de alcançar rápida projeção económica e social, Manuel Rodrigues Carregã a trocar a África pelo Brasil:

“Florência desculpa em estares tanto tempo sem carta minha foi causado pela viagem de Africa para Cataguazes, pois eu ja andava a muito tempo para fazer esta viagem, porque os negócios lá não me corriam bem e por isso resolvi a sair para o Brazil”<sup>61</sup>.

Alguns emigrantes mandavam a descrição para aquisição e transporte de bens que aparentemente não se encontram no país de destino ou são de

---

<sup>57</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 682, carta de Santos, de 5 de outubro de 1915, n.º 214, de 02/03/1916.

<sup>58</sup> AUC – GCC/ILFS/DP, Caixa 683, carta de São Paulo, de 21 de julho de 1916, n.º 362, de 22/07/1916.

<sup>59</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 682, carta de Cândido Rodrigues, de 16 de janeiro de 1916, n.º 258, de 14/03/1916.

<sup>60</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 681, carta do Rio de Janeiro, sem referência à data, n.º 168, de 19/02/1916.

<sup>61</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 682, carta de Cataguazes, de 20 de janeiro de 1916, n.º 234, de 10/03/1916.

qualidade inferior ou encontram-se encarecidos. José Fernandes instou a mulher a levar sementes de boa qualidade germinativa:

“Quando vieres trazeme a bga do loreiro mas trazeme mesturada com areia dentro de uma caixinha destas de pu traz semente de cuve glega e de cve mabia e de nabos e de tôdas as couves de ba cualidade e sementes de alfices de tôdas irvilhas e favas”<sup>62</sup>.

Manoel Luís Fernandes pediu para a mulher comprar roupa branca por ser mais barata: “compra lhe roupa branca com fartura porque ella aqui e muito cara”<sup>63</sup>. Francisco Dias exigiu para a mulher trazer o cordão e dois anéis de ouro, a máquina de p e as roupas de cama e de vestir:

“e não benhas sem o teu cordão que eu te prometi e um anel de ouro e um anel para mim que sirva no teu dedo mais grosso traz a tua machina de p que aqui são caras e tu pressisas della trz toda a roupa de vistir e de cma e não compres roupa bem comprar aqui se for periso”<sup>64</sup>.

A emigração ocorria em contexto familiar econmico-financeiro desfavorecido. Ora, o quadro familiar efetivamente precário  consonante com a ida para o Brasil para a aquisição de meios capazes de rápida promoção social. E para trs deixam situação socialmente humilhante. Joaquim Oliveira Dias quando assumiu a atração do irmão, solicitou  mãe modo de tornar a pobreza: “Comprelhe uns sapatos não muito caros que aqui são lhe pouco presisos e um fato que não venha a parer mal e um chapéu”<sup>65</sup>.

Por último, os ecos da Primeira Guerra Mundial. Manoel Carvalho, receando o perigo da travessia do Atlântico após a oficialização da beligerância entre a Entente e as Potências Centrais insta a mulher e a sogra a deslocarem-se em vapor da Mala Real Holandesa pela segurança oferecida por navio pertencente a país que não se encontrava diretamente

---

<sup>62</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 684, carta de Maxambomba, de 27 de agosto de 1916, n.é 502, de 16/10/1916.

<sup>63</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 682, carta da Bela Vista, de 5 de dezembro de 1915, n.é 215, de 03/031916.

<sup>64</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 685, carta de Itirapina, de 19 de setembro de 1916, n.é 551, de 02/11/1916.

<sup>65</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 683, carta de Pará, de 18 de junho de 1916, n.é 389, de 11/08/1916.

envolvido no conflito: “Se vocês viérem escolham o bapor da Mala Rial Hólandezza que é o melhor para fazer a viagem porque não anda em guerra”<sup>66</sup>.

### 2.2.5. A saudação

O formulário de saudação ocupa a parte final da carta e nele encontramos um conjunto de expressões reveladoras da afetividade e da saudade não só entre os interlocutores, na quase totalidade a esposa, mas, socorrendo-se do destinatário, a ligação a outros familiares, tais como, pais, filhos, irmãos, padrinhos, sogros, tios, compadres, ou ainda, a pessoas estranhas à família, nomeadamente, amigos, vizinhos e conhecidos. De notar que a esposa é quase sempre a última a ser mencionada.

Alguns registos das palavras utilizadas pelos emigrantes para terminarem as cartas. Por exemplo, Júlio Simões Danário:

“Com isto não te masso mais da recomendações ao teu pae e mãe e irmãs e irmãos e dá vazitas ao compadre Pernas e familia e dá vazitas o compadre Ega e familia e dá vazitas a quem por mim praguntar e dá mil veijo e abraço d’os meu filho e as minhas para contigo só vista terá d’este teu marido”<sup>67</sup>.

Em José Maria Correia:

“Por hoge é só péço-te que dez muitas lembranças a meus páes e a teu tambem e a meus e teus irmãos e conhádos e sobrinhos e a quem por mim te próguntár e tu de mim recebe muitas saudádes para ti e para nósso querido filho deste teu marido que bem te quer por muitos annos e bons”<sup>68</sup>.

<sup>66</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 682, carta sem referência ao local de origem, de 13 de março de 1916, n.º 281, de 18/04/1916.

<sup>67</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 684, carta de São Paulo, de 17 de agosto de 1916, n.º 500, de 16/10/1916.

<sup>68</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 684, carta de São Roque, de 5 de setembro de 1916, n.º 542, de 27/10/1916.

### 2.2.6. O pós-escrito

O pós-escrito, sem cariz de obrigatoriedade na estrutura da carta, apresenta-se, em teoria, para registar algo relevante que o escrevente não abordou na descrição do conteúdo:

- i) a indicação para o transporte de determinados bens. José Alves instou a mulher para não esquecer a encomenda da Sara<sup>69</sup>;
- ii) situação legal e a identificação da beneficiária da carta. Em documento privado, Augusto Francisco Germano testemunhou o formulário burocrático da emigração: “faço sientos todos que esta lerem fiquem se que esta é a minha esposa Julia Conceição Lourença ferguezia de Semide concelho de Miranda do Corvo Destrito de Coimbra”<sup>70</sup>;
- iii) informações precisas e completas sobre a localização física do escrevente:

“Quando estiver proximo a sair fala para te tirassem a minha direção mas bem tirada que não tenha erro i trala cenpre contigo que ela ahi vai bem explicada Bernardo da Silva Costa Estado de S. Paulo Linha de Araraquara Estação de Ignacio Uchôa”<sup>71</sup>;

- iv) o desejo de reunião familiar. José Maria Teixeira demonstrou o sentimento de saudade pela mulher ao escrever: “Espero que venhas o mais breve possivel”<sup>72</sup>. Por sua vez, Francisco Cardoso Marques delegou na mulher o sonho de aproximar o filho: “Se entenderes que deves trazer o nosso filho José traz”<sup>73</sup>;
- v) famílias separadas e o desejo de bem-estar. As palavras de Adolfo Nunes Martins explicitam que a ausência de correspondência regular numa família marcado pela emigração não é desculpa para a indiferença nas questões familiares: “Eu estou empregado com uma filha do João

---

<sup>69</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 680, carta de São Paulo, de 22 de novembro de 1915, n.º 16, de 07/01/1916.

<sup>70</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 681, carta de Santos, de 13 de dezembro de 1915, n.º 101, de 02/02/1916.

<sup>71</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 682, carta de Inácio Uchôa, de 25 de janeiro de 1916, n.º 231, de 09/03/1916.

<sup>72</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 682, carta de Niterói, de 8 de março de 1915, n.º 253, de 13/03/1916.

<sup>73</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 685, carta de Manaus, de 16 de setembro de 1916, n.º 567, de 11/11/1916.

- Lopes do Franco ela ouviu dizer que a mãe d'ela que tinha morido ela me pediu para eu te dizer para mandares dizer se e verdade"<sup>74</sup>;
- vi) as remessas e os ecos da Primeira Guerra Mundial. Luís Quintino apresentou o envio dos recursos para os familiares que permaneceram em Portugal e percebeu-se o interesse em conhecer as aventuras e desventuras dos parentes deixados num continente em guerra: "mandame dizer si aresebestes 10/000 reis i alguma coisa da guerra"<sup>75</sup>;
- vii) o papel da família no processo emigratório e a despedida a Portugal. António Simões Aniceto ressaltou o papel dos recursos financeiros no processo emigratório. Ou seja, a possibilidade de parte do dinheiro remetido para a família ser utilizado para os parentes que pretendiam atingir o Brasil: "Dis a Meo Pai par te acompanhar a Lisboa e pagalhe as Despezas que elle fizer e Dis a Deos a Portugal por 10-15 Anos"<sup>76</sup>.

### 3. O outro lado das cartas de emigrantes. Algumas considerações

As cartas de emigrantes permitem analisar, por vezes, e contra todas as expectativas, pormenores de acontecimentos quotidianos absolutamente banais. Neste sentido, partindo da família se encontrar no centro da reflexão, tentamos desmontá-la e analisar alguns dos aspetos das relações familiares do contexto em que se desenvolvem. Não são apenas exemplos, mas, nas linhas que se seguem, isto significa, porém, que a vida familiar não surge desligada da vida religiosa e de funções educativas e de assistência.

#### 3.1. O agrupamento de cartas

Nas cartas de emigrantes em estudo ou por economia de tempo na recolha, transporte e distribuição de correspondência ou pela crítica situação financeira do escrevente ou por desconhecimento do endereço postal do destinatário, observamos o agrupamento de cartas noutras cartas. Se estamos perante indivíduos que não pertencem ao núcleo familiar, mas são detentores de perfil

---

<sup>74</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 682, carta de Campinas, de 6 de fevereiro de 1916, n.º 257, de 14/03/1916.

<sup>75</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 684, carta do Rio de Janeiro, de 21 de julho de 1916, n.º 428, de 11/09/1916.

<sup>76</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 684, carta de São Paulo, de 23 de agosto de 1916, n.º 467, de 23/09/1916.



de crédito capaz de abonar a viagem de partida, é dado a conhecer no conteúdo da carta que esta surge acompanhada de outra missiva com destinatário e propósito próprio. Como exemplo, temos na carta de Abílio Cortez, endereçada à esposa, Maria do Rosário, a indicação de outra carta destinada a Luiz Augusto Leite para que este possa abonar a viagem da esposa<sup>77</sup>.

Se se trata de elemento pertencente à família, as palavras que lhe são dirigidas podem encontrar-se no conteúdo da carta ou em espaço disponível depois da assinatura. Na carta de Bento Nunes da Silva remetida à esposa Maria do Rosário encontramos umas palavras dirigidas ao primo Alípio dos Santos para que este auxilie Maria do Rosário a tratar da documentação necessária para a viagem, dê ajuda na obtenção de alguns bens solicitados e a acompanhe a Lisboa. Além do quadro apresentado, coloca ao corrente do primo, para que este possa receber o dinheiro no Banco, o erro no nome executado pela instituição bancária no Brasil<sup>78</sup>.

### 3.2. As relações familiares

Nas palavras endereçadas a elementos da família nuclear, encontramos em algumas cartas a precariedade das relações familiares. Na carta que José Maria Correia escreveu à mulher Maria da Conceição Cruz para na companhia do filho se reunirem a ele, o escrevente dirige algumas palavras ao filho para que este solicite ao avô paterno pequena esmola, não para si, mas, para ajuda no pagamento da viagem ou se o entender a paga da viagem. Será os bens herdados e o pai pode continuar a afirmar que não o considera filho e os irmãos podem ficar descansados que este não irá pedir herança com partilhas. Considerando-se alguém que veio ao mundo para sofrer, atravessou o Atlântico para nunca mais regressar<sup>79</sup>.

As cartas de emigrantes escritas na quase totalidade para mulheres, exprimem a ênfase da dominação que suportava a relação entre os dois géneros na qual à mulher era reservado o papel de obediência. Apesar da mulher trabalhadora por um salário ganhar proeminência no século XIX, como agricultora, trabalhadora, fiadeira, costureira, paliteira ou criada domés-

---

<sup>77</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 683, carta sem local de origem, sem referência à data, n.º 363, de 22/07/1916.

<sup>78</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 683, carta de Colina, de 15 de julho de 1916, n.º 413, de 26/08/1916.

<sup>79</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 684, carta de São Roque, de 5 de setembro de 1916, n.º 542, de 27/10/1916.

tica, contribuindo, desta forma, para o sustento da sua família, continua evidente o ganho do sustento da família reservado ao homem. Por isso, é visível no quadro da emigração familiar o homem ter seguido viagem em primeiro, e quando conseguia reunir condições para custear as despesas decorrentes da viagem, ou tomava consciência da dificuldade em adquirir meios de subsistência, procurava proteger os laços familiares convocando as mulheres, as mulheres e os filhos ou os filhos a se juntarem a ele.

Assim se explica o estilo autoritário e persuasivo inscrito em muitas cartas de emigrantes. A utilização de frases com verbos conjugados no modo imperativo, afirmativo ou negativo, sublinha a análise: arrenda, vende, dispõe, vem, compra, traz, pede, não esqueças, não deixes.

Nesse sentido, está presente no discurso dos escreventes a defesa do estatuto de total submissão da mulher? Consideramos estar perante a conformidade. A aceitação dos papéis atribuídos pela sociedade ao homem e à mulher. Sem dúvida, os escreventes são provenientes de país de atividade agrícola e de educação deficiente e em cuja sociedade se encontra interiorizado o arquétipo de inferioridade da mulher sucessivas vezes reafirmado pela religião inspirada em discursos provenientes de uma época. Por isso, é digna de nota a aceitação, não por completa, da paridade na tomada de decisão da mulher em assumir o dinamismo de se aproximar dos maridos. Manifesta, ainda, apesar da incansável alusão ao que devem fazer, a polidez de espírito no qual podemos ler nas entrelinhas da arte de amar, manifestações de ternura e de bondade.

A carta de José Alves escrita à mulher, Maria da Conceição, revela singular compreensão. Apesar de exprimir a vontade pela aproximação da mulher, dá-lhe liberdade para continuar em Portugal, caso seja esta a vontade<sup>80</sup>.

Também não poderíamos deixar de sublinhar as palavras de José Rodrigues. Numa carta de qualidade humana excepcional, testemunho raro sobre a tragédia da morte do filho, é lugar para os afetos e a compreensão:

“a noca fraca sorte por nos morrer o noço menino mas que ade agente fazer açorte assim permitiu olha Maria não dezanimes porico confortate e distrai porque nos tãobém abemos de morrer tu faz porte esquecer que eu tão bém faço o mesmo. (...) Se te axas com forcas para bires beim”<sup>81</sup>.

---

<sup>80</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 680, carta de São Paulo, de 22 de novembro de 1915, n.º 16, de 07/01/1916.

<sup>81</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 683, carta de Santos, de 4 de julho de 1916, n.º 396, de 18/08/1916.

Por fim, registamos as confissões de amor traduzidas por:

- i) José Maria Teixeira – “E tu recebe saudades sem fim deste teu marido que a vida te deseja por longos annos e felizes são os votos deste que é e será sempre o mesmo teu marido”<sup>82</sup>;
- ii) António Gomes Ferreira – “recebe deste teu marido milhares de beijos e abraços”<sup>83</sup>;
- iii) Augusto da Silva Campos – “Dá muitos beijos e abraços nos nossos filhos, e para ti só a vista terão fim. Deste que é teu marido do coração”<sup>84</sup>.

Paralelamente, apontamos o fraco relacionamento entre o pai e os filhos. Precocemente separados, o pai é figura longínqua, enquanto a mãe, sempre presente, assegura a influência na educação dos filhos. As cartas de emigrantes atestam que quando os recursos familiares não permitiam que acompanhassem a mãe na aproximação ao marido, outros elementos da família substituem os progenitores ausentes. Tendo em ordem as situações operadas: a avó<sup>85</sup> e a avó paterna<sup>86</sup>.

Com efeito, importa recordar que muitas partidas surgiram impelidas pela esperança de melhorar a sorte, de encontrar trabalho e ganho. E muitas vezes, quando as condições para ultrapassar o limiar da miséria não estavam reunidas, torna-se preferível não chamar os filhos para os ver desesperados e condenados a ganhar salários de fome e a viverem numa relação de precariedade habitacional e familiar.

Um esclarecimento. A presença de referências à relação com a habitação é insignificante. Com efeito, a relação casa-família aparece referenciada em duas cartas no revelar de situações em que os maridos informam a mulher de terem casa preparada para as receber. “Eu já tenho a casa feita quando

---

<sup>82</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 682, carta de Niterói, de 8 de março de 1915, n.º 253, de 13/03/1916.

<sup>83</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 682, carta de Cândido Rodrigues, de 16 de janeiro de 1916, n.º 258, de 14/03/1916.

<sup>84</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 683, carta de Bragança, de 10 de julho de 1916, n.º 410, de 24/08/1916.

<sup>85</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 685, carta do Rio de Janeiro, de 28 de setembro de 1916, n.º 585, de 21/11/1916.

<sup>86</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 683, carta do Rio de Janeiro, de 13 de maio de 1916, n.º 337, de 17/06/1916.

tu vieres”, escreveu Joaquim dos Santos<sup>87</sup> ou “já tenho casa alugada”, testemunhou Antônio Simões Aniceto<sup>88</sup>. Perante os casos evocados, desconhecemos se estamos, verdadeiramente, perante uma casa ou outro local habitado e a forma de ocupação, a área útil e o número de divisões, os materiais utilizados na construção e a existência de sistema de esgotos e água canalizada e quais os encargos financeiros devido à aquisição ou arrendamento.

Retomando os laços familiares. Por isso, quando o contexto financeiro permitia, o pai procurava aproximar a mulher e os filhos. Através do escrito nas cartas de emigrantes, consideramos o referenciado em 37 situações.

Um conjunto de cartas de emigrantes revela outras situações. Em primeiro lugar, a aquisição de meios de subsistência ousa que o pai faça o esforço por aproximar os filhos. Manoel Luiz Fernandes escreve à esposa para que envie o filho Laurentino o mais breve possível dada a falta que faz para o desempenho de atividades devidamente delineadas<sup>89</sup>. Outra situação. Manoel de Oliveira Pinhal, preocupado pelo afastamento não permitir o acompanhamento da educação das filhas Maria e Deolinda, manifesta ao amigo e compadre, Manoel da Costa Alegria, a possibilidade de o acompanharem para o Brasil<sup>90</sup>. Devemos sublinhar a pressão exercida por José Policarpo da Costa, também conhecido por José da Costa, para a mulher enviar o filho Nuno com o propósito de ajudar na resolução de problemas financeiros<sup>91</sup>. Por fim, o testemunho de José Dias de Almeida. A ida ao Brasil do filho José não se apresenta como possibilidade de obter riqueza material, mas a oportunidade de fugir ao estado de pobreza em que vive a família<sup>92</sup>.

Os pais emigraram e quando conseguiram alcançar a tão desejada estabilidade financeira fazem o esforço de aproximar os filhos que ficaram sob a batuta de outros elementos da família. A carta que Manuel Ribeiro escreveu ao pai Adelino Domingues Cainé, a pedir o envio da filha Aida na

---

<sup>87</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 684, carta de Inácio Uchôa, de 8 de julho de 1916, n.º 498, de 16/10/1916.

<sup>88</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 684, carta de São Paulo, de 23 de agosto de 1916, n.º 467, de 23/09/1916.

<sup>89</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 682, carta da Bela Vista, de 5 de dezembro de 1915, n.º 215, de 03/03/1916.

<sup>90</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 683, carta de Uberaba, de 10 de junho de 1916, n.º 405, de 21/08/1916.

<sup>91</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 684, carta do Rio de Janeiro, de 14 de agosto de 1916, n.º 449, de 20/09/1916.

<sup>92</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 685, carta de Manaus, de 17 de setembro de 1916, n.º 593, de 22/11/1916.

companhia de uma mulher do concelho que se prepara para partir<sup>93</sup>. Ou a carta de Adelino Rodrigues Alves a seu cunhado José d'Almeida atesta a solicitação do envio do filho para junto dos pais com instruções precisas do *modus operandi*<sup>94</sup>.

Por vezes, outras figuras masculinas substituem o pai na saída, porventura falecido. Observamos Joaquim Oliveira Dias a assumir o dinamismo de atração ao convocar por intermédio da mãe, o irmão António<sup>95</sup>.

### 3.3. A religião, a saúde e a educação

Mas que dizer da religiosidade dos emigrantes? No Portugal abrangido pelo catolicismo, aos olhos do Homem, o diabo era o grande inimigo. Por isso, a fé em Deus era moldada de tenra idade. Havia que ser bom cristão. Para tal, enquanto crianças frequentam a catequese para adquirirem certo número de preceitos, definidos pela Igreja. Movidos pelo amor a Deus, impõe-se participar na santa Missa cada domingo e nas festas de preceito, receber a sagrada Comunhão, ao menos pela Páscoa, e abster-se de praticar pecados. Quando não acontece, a Igreja determina diligente exame de consciência.

É esta a espiritualidade que marcou os homens e mulheres a quem coube emigrar. Praticavam a oração? Veneravam santos e acreditavam nos milagres? Na vida quotidiana debatiam-se anjos e demónios? Celebravam determinadas festas litúrgicas – como o Natal e a Páscoa? E em que circunstâncias? Promoviam as festas religiosas e romarias que pudessem decorrer nos concelhos de origem? Não há dúvida que as respostas a estas perguntas não as encontramos nas cartas de emigrantes.

Tudo isto não significa, porém, que o sentimento de religiosidade seja completamente desligado da vida do emigrante. Em geral, as cartas de emigrantes reproduzem fórmulas de tratamento onde estados emocionais de devoção estão presentes. Evidentemente, as palavras nas cartas, não são indicadores por si só do seu grau de vínculo religioso, apesar de exprimirem o agradecimento a Deus pela saúde, esse bem precioso do ser humano, e que Ele a faça brotar nos entes queridos:

---

<sup>93</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 684, carta de São Paulo, de 3 de junho de 1916, n.º 440, de 18/09/1916.

<sup>94</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 682, carta de Monte Redondo, de 5 de setembro de 1915, n.º 244, de 11/03/1916.

<sup>95</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 683, carta de Pará, de 18 de junho de 1916, n.º 389, de 11/08/1916.

- i) carta de Domingos Serrano – “Muito estimo que esta carta te vá encromtrar de saude mais as noças filhas que eu vo vem graças a Deus.”<sup>96</sup>;
- ii) carta de Manoel Borges Miranda – “Muito estimo que continuem de saude que eu vou bom graças a Deus”<sup>97</sup>;
- iii) carta de Álvaro Mendes – “Eu fico bôm graças a Deus para sempre”<sup>98</sup>.

As cartas de emigrantes também dão forma à doença. As linhas escritas por Francisco Antunes não definem a doença da qual padece nem ilustram as causas. No entanto, o modo como este emigrante interpretou o seu estado de saúde, certifica-o a procurar ajuda junto da mulher, Maria da Glória Prata, ao considerar a sua deslocação com a maior brevidade possível<sup>99</sup>.

As questões educativas estiveram presentes nas cartas de emigrantes. Na realidade, a crença ilimitada nas potencialidades da escola como modo de preparação para a vida futura no mundo exterior. Preocupado pelo destino que a filha Albertina seguiria e manifestando a perceção que a debilidade da alfabetização em relação aos emigrantes representava a reduzida possibilidade de mobilidade social, assistimos nas palavras de José Carvalho à mudança significativa desta visão. Manifesta a ideia elevada acerca das responsabilidades do pai na formação da futura mulher por insistir que fique por Portugal e aprenda a ler e a escrever e desenvolva competências para costurar<sup>100</sup>.

Própria dos estratos sociais mais baixos, este modelo de educação baseada na necessidade futura de desempenhar uma profissão permitia a aquisição das competências necessárias ao desempenho de atividade profissional e maneira de sustentar-se e à família caso ficassem desamparadas por morte do pai ou marido. Observamos, ainda, José Dias de Almeida. Ao querer a aproximação do filho José, lamenta à mulher a hipótese de sair para o Brasil sem que fizesse o segundo exame<sup>101</sup>.

---

<sup>96</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 683, carta de Santos, de 10 de abril de 1916, n.º 316, de 20/05/1916.

<sup>97</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 680, carta de Guimarães, de 25 de outubro de 1915, n.º 11, de 04/01/1916.

<sup>98</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 681, carta do Rio das Pedras, de 17 de março de 1915, n.º 88, de 28/01/1916.

<sup>99</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 681, carta do Rio Claro, de 8 de dezembro de 1915, n.º 39, de 15/01/1916.

<sup>100</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 683, carta do Rio de Janeiro, de 13 de maio de 1916, n.º 337, de 17/06/1916.

<sup>101</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 685, carta de Manaus, de 17 de setembro de 1916, n.º 593, de 22/11/1916.

### 3.4. A dinâmica das viagens

Quanto ao retorno, as cartas de emigrantes não revelam a intenção do regresso definitivo e não permitem desenvolver a ideia de os objetivos traçados terem sido atingidos ou se foram reformulados passando pelo alargamento da permanência na terra de chegada e quem sabe a fixação definitiva de residência.

Observamos que as cartas de emigrantes expressam a ideia que o retorno se apresenta como objetivo sem o significado da partida pela chamada formal feita a elementos da família.

Neste sentido, é interessante analisar a liberdade concedida pelo marido para a sua mulher administrar os bens. Assim sendo, a autorização para se desfazer dos bens, deixa transmitir o desejo de não querer regressar à terra. Pelo contrário, o consentimento de venda parcial de bens e a solicitação de familiares para administrarem a parte sobrança ou a administração total indicia a possibilidade do regresso. Em alguns casos, a opção de venda de parte dos bens surge como forma de conseguir o dinheiro necessário ao pagamento da viagem. Estão nesta linha as cartas de José Fernandes e Manoel Augusto Moreira. Para José Fernandes, a ausência de capacidade financeira para custear a viagem da mulher, leva a escrever-lhe pedindo que disponha dos terrenos de cultivo e dos terrenos ocupados com floresta pelo melhor preço e o dinheiro que faltar deve pedir emprestado. Comunica, também, que desistiu da ideia de comprar determinadas courelas na terra natal e que a mulher deve entregar aos donos as terras arrendadas<sup>102</sup>. Manoel Augusto Moreira ao pedir que a mulher vá na companhia do filho recomenda que deixe tudo arrendado a alguém que não seja preguiçoso<sup>103</sup>.

No seguimento do exposto, visionamos mecanismos possibilitadores da viagem. Se pequenos proprietários agrícolas podiam contar com bens para financiar os seus projetos de emigração, de saída e quem sabe de retorno, outros tinham a preocupação de recorrer a fontes de financiamento.

Por vezes, o pagamento da viagem era efetuado pelos familiares no local de destino ou pela família no ponto de origem. Se a viagem havia sido paga por familiares do concelho de naturalidade, os primeiros salários eram destinados ao pagamento do empréstimo. José Dias mandou letra de 3.500 réis para o padrinho tratar da documentação necessária para que a mulher e as

---

<sup>102</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 684, carta de Maxambomba, de 27 de agosto de 1916, n.º 502, de 16/10/1916.

<sup>103</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 683, carta da Vila Americana, de 20 de junho de 1916, n.º 364, de 22/07/1916.

filhas pudessem ir para o Rio de Janeiro e pediu que adiantasse a quantia em falta que depois pagava o empréstimo<sup>104</sup>. António José Caetano Santos, por não possuir os meios financeiros para a mulher ir para o Brasil, insiste para que junto do pai dele, peça a quantia necessária para custear a viagem<sup>105</sup>.

Às vezes, na preparação da viagem podia surgir o apoio direto de vizinhos, amigos ou abonadores ligados a uma rede de recrutamento de emigrantes. Por isso, a devolução da importância utilizada no processo de obtenção de passaportes tornava-se na principal e única meta do emigrante. António Marques da Cunha insta a mulher a pedir o dinheiro necessário ao processo de preparação da viagem a José Morgado com a garantia de devolução da quantia emprestada<sup>106</sup>. Não nos é possível identificar se a personalidade referida era agente do sistema, quer se apresente como aliciador, engajador ou fiador. Noutra caso, a mais que provável situação financeira crítica e o desejo da presença da mulher levou António Carvalho a pedir com insistência a arranjar fiador<sup>107</sup>.

Se tivermos presente a ideia que são mulheres que partem ou filhos menores que as acompanham, o apoio da família podia surgir no encargo de tratar da passagem pela dificuldade de virem a desenvencilhar-se da burocracia agravada pelos baixos índices de alfabetização. Mediante pagamento, Jorge de Souza pede à mulher para se deslocar a casa do tio para tratar dos papéis<sup>108</sup> ou *pro bono*, Raul Fernandes Lamas solicita que a mulher peça ajuda ao pai para lhe tratar da passagem<sup>109</sup>.

Porém, a situação de Abílio Cortez<sup>110</sup> é interessante por apresentar o cenário de atuação para a obtenção do passaporte baseado em três grupos: um centrado na família, outro em elemento estranho à família e o terceiro, no agente de emigração. No primeiro grupo, vemos a atuação de familiares quando comunica à mulher o recurso ao crédito junto do primo António Maria

---

104 AUC – GCC/DP, Caixa 680, carta do Rio de Janeiro, de 17 de outubro de 1915, n.º 15, de 06/01/1916.

105 AUC – GCC/DP, Caixa 682, carta de Santos, de 17 de janeiro de 1916, n.º 220, de 04/03/1916.

106 AUC – GCC/DP, Caixa 681, carta do Rio de Janeiro, sem referência à data, n.º 168, de 19/02/1916.

107 AUC – GCC/DP, Caixa 682, carta de Santos, de 20 de janeiro de 1916, n.º 218, de 04/03/1916.

108 AUC – GCC/DP, Caixa 683, carta de São Paulo, de 25 de junho de 1916, n.º 381, de 05/08/1916.

109 AUC – GCC/DP, Caixa 685, carta de Campinas, de 17 de outubro de 1916, n.º 579, de 17/11/1916.

110 AUC – GCC/DP, Caixa 683, carta sem referência ao local, sem referência à data, n.º 363, de 22/07/1916.



em 6 000 réis. Depois, informa a mulher que segue outra carta e que a deve levar a Luiz Augusto Leite para que este lhe possa dar o dinheiro necessário para a viagem. Por último, pede que se desloque ao escritório da agência de António Fernandes na Rua do Corvo, em Coimbra, para tratar da passagem.

Eram poucos os que podiam custear a viagem da mulher e dos filhos. É os casos de Bernardo da Silva Costa que enviou letra de 100 000 réis para custear as despesas da mulher<sup>111</sup>, de Raul Fernandes Lamas que cambiou 100 000 réis para a mulher tratar da passagem<sup>112</sup> e de Alfredo da Silva Sampaio que enviou letra de 50 000 réis para a mulher tratar da passagem<sup>113</sup>. Curiosa é a atitude de Adelino Rodrigues Alves e de Manoel Raposeiro. O primeiro, requereu ao cunhado e amigo, abono ao filho José Martins Alves com a promessa de lhe mandar o dinheiro necessário com a maior brevidade<sup>114</sup>. O segundo, sem justificação, precisou à mulher para pedir o dinheiro necessário para ir e só quando se encontrar no Brasil, tratava de pagar<sup>115</sup>. Neste caso, como em outras situações, não é revelada a situação financeira de quem está a fazer o esforço para aproximar a família. Por isso, é de equacionar a possibilidade da viagem estar a ser custeada por quem o contratou para trabalhar e até o valor custeado estar pago, seja efetuado o desconto no salário.

Através da análise das cartas de emigrantes não nos é possível aclarar o papel dos agentes de emigração no processo emigratório. Ou seja, em que estendiam a atividade e como atuavam. Sabemos da sua importância como intermediários no tratamento da documentação para cumprir os requisitos exigidos para ser autorizada a saída.

Contudo, muitos emigrantes valiam-se de outros intermediários para os ajudar a emigrar. Manoel do Nascimento ao tomar conhecimento da intenção de Manoel Pinheiro emigrar na companhia da mulher, escreveu a rogar-lhe para ajudar a mulher a tratar da documentação necessária para sair do país e que a acompanhe na viagem<sup>116</sup>.

---

<sup>111</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 682, carta de Inácio Uchôa, de 25 de janeiro de 1916, n.º 231, de 09/03/1916.

<sup>112</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 685, carta de Campinas, de 17 de outubro de 1916, n.º 579, de 17/11/1916.

<sup>113</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 685, carta de São Paulo, de 5 de outubro de 1916, n.º 580, de 18/11/1916.

<sup>114</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 684, carta de Monte Redondo, de 5 de setembro de 1915, n.º 244, de 11/03/1916.

<sup>115</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 682, carta da Ilha Grande de Paraná, sem referência à data, n.º 260, de 16/03/1916.

<sup>116</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 684, carta de Jaboticabal, de 7 de julho de 1916, n.º 464, de 23/09/1916.

Além do caso de Abílio Cortez, referida anteriormente, e considerando as cartas de emigrantes analisadas, encontramos na carta de António Gomes Ferreira a informação em que a mulher, ao embarcar no porto de Leixões, teria previamente de se deslocar 15 dias antes da partida ao escritório da agência no Porto para levantar o bilhete<sup>117</sup> ou na carta de Joaquim Oliveira Dias que solicitou à mãe a aquisição de passagem para o irmão António de Oliveira numa agência da província por serem vendidas a preços mais convidativos<sup>118</sup>.

Quanto ao transporte de emigrantes, na carta dirigida à mulher, Joaquim Rodrigues pede que embarque no vapor *Garôna* com destino a Novo Horizonte<sup>119</sup>. Este indivíduo não apresenta elementos clarificadores da abordagem anunciada.

Após o embarque e a instalação a bordo, o emigrante enfrentava a primeira etapa rumo ao desconhecido, a travessia do Atlântico. As referências diretas à viagem fazem alusão à possibilidade de ocorrerem enjoos ou sentir fome e aos lucros ilícitos provenientes do roubo. A sensibilidade de alguns escreventes para estes problemas do aparelho digestivo, procurando antecipar surpresas ou momentos menos felizes que pudessem ocorrer, aconselham os familiares a levar gêneros alimentares: café, açúcar, pão, maçãs, laranjas, limões, peros, linguiça, azeitonas, cebolas, latas de atum e carne da bexiga. Sobre o desejo de alcançar riqueza fácil pela conquista de bens alheios, é exemplar o testemunho de Francisco Dias, em que aconselhou a mulher a transportar o cordão de ouro junto dos seios e a não andar sozinha no vapor para evitar ser roubada pelos homens do mar<sup>120</sup>.

Perante homens e mulheres habituados a trabalhar, como foi passado a bordo o tempo livre? Estariam condenados a penosa ociosidade? Que distrações existiam a bordo? As cartas de emigrantes compulsadas não permitem responder a estas perguntas.

No entanto, como facilmente se compreenderá, apesar das dificuldades surgidas na travessia do Atlântico, a vida a bordo destes emigrantes deverá ter sido pautada pelo ânimo de quem busca vida nova, pela confiança de quem pensa mudar radicalmente a vida, pela ambição de quem pretendia vencer a pobreza, prosperar, enriquecer e regressar à terra natal abastado.

---

<sup>117</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 682, carta de Cândido Rodrigues, de 16 de janeiro de 1916, n.º 258, de 14/03/1916.

<sup>118</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 683, carta de Pará, de 18 de junho de 1916, n.º 389, de 11/08/1916.

<sup>119</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 684, carta de Novo Horizonte, de 10 de julho de 1916, n.º 473, de 03/10/1916.

<sup>120</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 685, carta de Itirapina, de 19 de setembro de 1916, n.º 551, de 02/11/1916.

Ao mesmo tempo, júbilo por reencontrarem os familiares e lágrimas pelo que deixaram e que provavelmente não tornarão a ver.

Nas cartas de emigrantes assumiu um significado especial o transporte de bens. Além de força de trabalho, os emigrantes transportavam os já referidos bens suscetíveis de satisfazerem determinada necessidade a bordo, roupas de cama, íntimas, camisas e camisolas, sementes de plantas classificadas de vigorosas pela qualidade de produtividade e joias em metal nobre. Destacamos o cordão e consideramos anéis e brincos. Encontramos a saudade de reencontrar o sabor tradicional dos alimentos da terra pela solicitação de queijo da serra da Estrela e de enchidos, o pedido de talheres – facas, garfos e colheres – e louças para a cozinha. A solicitação do revólver é o que se afasta do habitual.

Quanto ao desembarque, a imagem veiculada pelas cartas de emigrantes é escassa e centra-se em recomendações, provavelmente, baseadas na experiência de chegar a país desconhecido. As referências ao cumprimento das formalidades legais ou à inspeção sanitária são inexistentes.

As recomendações deixam ver a existência de uma rede social de solidariedade entre familiares, amigos ou conhecidos quando é pedido que escrevam atempadamente a informar da data da chegada do vapor para que possam esperá-los.

Em certos casos, porém, a impossibilidade de os esperar apresenta a importância das redes sociais de solidariedade na formação destes fluxos emigratórios. O caso de Teresa da Conceição, mulher de Bernardo da Silva Costa, apresentado neste capítulo, ilustra este padrão de comportamento.

A corrente emigratória, como vimos no capítulo anterior, era constituída, maioritariamente, por homens jovens. Por vezes, também viajavam famílias, mulheres sozinhas ou com os filhos ou outros elementos da família que se iam aproximar dos seus familiares. As cartas de emigrantes compulsadas mostram a preocupação de alguns destes emigrantes ao se esforçarem por aproximar outros elementos da família que estes viajassem acompanhados. É os casos de Manoel Luiz Fernandes<sup>121</sup> e de José Dias de Almeida<sup>122</sup> que solicitaram às mulheres para indagar se vai alguém de confiança que possa acompanhar os filhos, do pedido de Manuel Ribeiro, atrás referido, para o pai Adelino Domingues Cainé enviar a filha Aida pela Maria Ribeiro

---

<sup>121</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 682, carta da Bela Vista, de 5 de dezembro de 1915, n.º 215, de 03/03/1916.

<sup>122</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 685, carta de Manaus, de 17 de setembro de 1916, n.º 593, de 22/11/1916.

do Seixo e de Maria da Conceição a atrair a irmã, Carmina da Conceição, para que acompanhe a Patrícia do Lúcio também Patrícia de Jesus<sup>123</sup>.

No que toca às mulheres, encontrámos maridos extremosos que pedem para não viajarem sozinhas, fazendo-se acompanhar de familiares que estão num projeto de reemigração ou por familiares ou amigos. Álvaro Mendes pede à mulher para acompanhar o cunhado Fonseca que regressa em janeiro ou fevereiro após breve retorno à terra natal<sup>124</sup>. João da Maia Aveiro insta a mulher a procurar companhia para a viagem e diz que é preferível esperar mais uns dias se tiver pessoa de confiança que a acompanhe a vir sozinha<sup>125</sup>. Manuel Gomes age da mesma maneira<sup>126</sup>. O esforço de aproximação ao marido deve ser feito se encontrar boa companhia para a viagem. Pediu que confirmasse a partida de Manuel Carpinteiro e a possibilidade de o acompanhar.

## Considerações finais

Os estudos que têm por temática a emigração portuguesa para o Brasil constituem uma fonte inesgotável de reflexões influenciadas por distintos percursos metodológicos.

Nesta perspetiva, a correspondência trocada entre o emigrante e os familiares ou amigos que permaneciam na terra de origem e que funcionava como documento de autorização para emigrar permite incursões substantivas no estudo dos movimentos emigratórios.

Nesse sentido, a descrição de acontecimentos mínimos, entrecruzam-se em dados e informações com claro valor factual para a investigação da temática que importa identificar e, se possível, interpretar.

A ênfase colocada na presente análise fornece outra imagem do fluxo emigratório. Assim, as cartas de emigrantes que excepcionalmente podiam integrar os processos de pedidos de passaporte e são parte dos fundos do Arquivo da Universidade de Coimbra permitem captar fragmentos de histórias contados com as palavras dos próprios protagonistas. Das preo-

---

<sup>123</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 684, carta de Santos, de 27 de julho de 1916, n.º 440, de 18/09/1916.

<sup>124</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 681, carta do Rio das Pedras, de 17 de março de 1915, n.º 88, de 28/01/1916.

<sup>125</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 684, carta de Santos, de 11 de julho de 1916, n.º 420, de 02/09/1916.

<sup>126</sup> AUC – GCC/DP, Caixa 684, carta de Castro, de 24 de julho de 1916, n.º 496, de 14/10/1916.

cupações e emoções de homens e mulheres, das suas aspirações e projetos de vida, dos planos de retorno e processos de rutura psicológica com o local de origem resultou um quadro de investigação em que no tecido reflexivo a exemplificação com fragmentos de cartas procura evidenciar a relevância desta fonte para o estudo concreto da emigração. Desta forma, o quadro construído torna mais viva a leitura do movimento emigratório.

A esfera familiar está no centro da reflexão em torno da qual se articula a emigração. As cartas permitem traçar as relações familiares entre o homem que por tradição emigra e a família nuclear ou simples, constituído pela mulher e filhos e numa perspetiva funcional, outras relações de parentesco e de vizinhança. A esta abordagem está ligada a alteração da estrutura afetiva pela gestão da saudade e a explicitação do papel da mulher na forma como são apresentadas ferramentas para avaliar e controlar adequadamente os bens patrimoniais ou tratar da sua alienação ou na gestão do dinheiro necessário para a aquisição de passaporte. Neste sentido, importa sustentar que o texto ilustra que nem sempre os laços de família eram felizes e os conflitos familiares recorrentes. Entrevemos nalgumas cartas conflitos conjugais dificultados pelo distanciamento e em que por vezes pairava a dor da infidelidade ou por conflitos familiares provocados pela ausência de apoio para a emigração. Por sua vez, no reagrupamento familiar, concebido pela existência de um plano emigratório individual, em que primeiro ocorreu a saída de um elemento do núcleo e só quando criadas as condições de instalação, se assiste à partida de outros membros da família, por vezes, os emigrantes que não dispõem de meios económicos ou proteção familiar revelam outro aspeto, não menos relevante, adiar a companhia da restante família.

Outros aspetos das vivências dos emigrantes são revelados pelas cartas. O reconhecimento dos benefícios da instrução, as transferências de moeda, a preparação da viagem com a memória coletiva da perigosidade da navegação e o emergir dos perigos da atividade marítima durante a Primeira Guerra Mundial e a mobilização de familiares nesse projeto, tanto na área de partida, como na de chegada, pela construção de uma arquitetura de redes de solidariedade.

Concluindo, as cartas de emigrantes são uma fonte repleta de informações que demonstram a coexistência do universo privado e único dos emigrantes do distrito de Coimbra no Brasil e da respetiva realidade temporal. E, por consequência, também um maior conhecimento sobre a história da emigração portuguesa.

## ANEXO 1 – Relação das cartas de emigrantes

<b>Data</b>	<b>Emissor</b>	<b>Área de origem</b>	<b>Destinatário</b>	<b>Pedido de passaporte</b>
08-03-1915	José Maria Teixeira	Niterói	Esposa	13-03-1916
17-03-1915	Álvaro Mendes	Rio das Pedras	Esposa	28-01-1916
05-09-1915	Adelino Rodrigues Alves	Monte Redondo	Cunhado	11-03-1916
05-10-1915	Miguel dos Santos	Santos	Esposa	02-03-1916
10-10-1915	José Dias	Rio de Janeiro	Padrinho	06-01-1916
25-10-1915	Manoel Borges Miranda	Guimarães	Esposa	04-01-1916
22-11-1915	José Alves	São Paulo	Esposa	07-01-1916
05-12-1915	Manoel Luiz Fernandes	Bela Vista	Esposa	03-03-1916
08-12-1915	Francisco Antunes	Rio Claro	Esposa	15-01-1916
12-12-1915	Manuel Gonçalves	Campinas	Esposa	08-03-1916
13-12-1915	Augusto Francisco Germano	Santos	Esposa	02-02-1916
16-01-1916	António Gomes Ferreira	Cândido Rodrigues	Esposa	14-03-1916
17-01-1916	António José Caetano Santos	Santos	Esposa	04-03-1916
20-01-1916	António Carvalho	Santos	Esposa	04-03-1916
20-01-1916	Manuel Rodrigues Carregã	Cataguases	Esposa	10-03-1916
25-01-1916	Bernardo da Silva Costa	Inácio Uchôa	Esposa	09-03-1916
06-02-1916	Adolfo Nunes Martins	Campinas	Esposa	14-03-1916
13-03-1916	Manoel Carvalho	Não refere	Esposa	18-04-1916
26-03-1916	Humberto Almeida Pinto	Santos	Esposa	06-07-1916
27-03-1916	José Rodrigues dos Santos	São José do Rio Pardo	Esposa	09-06-1916
04-04-1916	Francisco Almeida	São Paulo	Esposa	24-08-1916
10-04-1916	Domingos Serrano	Santos	Esposa	20-05-1916
13-05-1916	José Carvalho	Rio de Janeiro	Esposa	17-06-1916
03-06-1916	Manuel Ribeiro	São Paulo	Pai	18-09-1916

10-06-1916	Manoel de Oliveira Pinhal	Uberaba	Amigo e Compadre	21-08-1916
18-06-1916	Joaquim Oliveira Dias	Pará	Mãe	11-08-1916
20-06-1916	Manoel Augusto Moreira	Vila Americana	Esposa	22-07-1916
25-06-1916	José Duarte Correia	Niterói	Esposa	21-09-1916
25-06-1916	Jorge de Souza	São Paulo	Esposa	05-08-1916
04-07-1916	José Rodrigues	Santos	Esposa	18-08-1916
07-07-1916	Manoel do Nascimento	Jaboticabal	Amigo	23-09-1916
08-07-1916	Joaquim dos santos	Inácio Uchoa	Esposa	16-10-1916
10-07-1916	Augusto da Silva Campos	Bragança	Esposa	24-08-1916
10-07-1916	Joaquim Rodrigues	Novo Horizonte	Esposa	03-10-1916
11-07-1916	João da Maia Aveiro	Santos	Esposa	02-09-1916
15-07-1916	Bento Nunes da Silva	Colina	Esposa	26-08-1916
21-07-1916	António Maria Lemos	São Paulo	Esposa	22-07-1916
21-07-1916	Luís Quintino	Rio de Janeiro	Esposa	11-09-1916
24-07-1916	Manuel Gomes	Castro	Esposa	14-10-1916
27-07-1916	Maria da Conceição	Santos	Irmã	08-09-1916
14-08-1916	José da Costa ou José Policarpo da Costa	Rio de Janeiro	Esposa	20-09-1916
15-08-1916	Augusto Lima	Luiz Pinto	Esposa	19-10-1916
17-08-1916	Júlio Simões Danário	São Paulo	Esposa	16-10-1916
23-08-1916	António Simões Aniceto	São Paulo	Esposa	23-09-1916
24-08-1916	Manuel Simões Sérgio	Santos	Esposa	19-10-1916
27-08-1916	José Fernandes	Maxambomba	Esposa	16- 10-1916
31-08-1916	Manuel Gomes André	São Paulo	Esposa	04-11-1916
05-09-1916	Jeremias Seco	Santos	Esposa	30-10-1916
05-09-1916	José Maria Correia	São Roque	Esposa	27-10-1916
14-09-1916	António da Costa	Niterói	Esposa	24-11-1916
16-09-1916	Francisco Cardoso Marques	Manaus	Esposa	11-11-1916
17-09-1916	José Dias de Almeida	Manaus	Esposa	22-11-1916
19-09-1916	Francisco Dias	Itirapina	Esposa	02-11-1916

28-09-1916	António Abrantes	Rio de Janeiro	Esposa	21-11-1916
05-10-1916	Alfredo da Silva Sampaio	São Paulo	Esposa	18-11-1916
17-10-1916	Raul Fernandes Lamas	Campinas	Esposa	17-11-1916
Não refere	António Marques da Cunha	Rio de Janeiro	Esposa	19-02-1916
Não refere	Manoel Raposeiro	Ilha Grande de Paraná	Esposa	16-03-1916
Não refere	Abílio Cortez	Não refere	Esposa	22-07-1916

Fonte: AUC – GCC/DP, 1916: Caixas 680 a 685.

## Fontes manuscritas

### 1. Arquivo da Universidade de Coimbra

#### 1.1. Fundo do Governo Civil de Coimbra

##### 1.1.1. Mobilidade demográfica

Correspondência recebida, 1888-1915: Caixa 135.

Registo de Passaportes, 1835-1918: Livro 214.

Documentos de Passaportes, 1916: Caixas 680 a 685.

## Bibliografia citada e consultada

ALVES, Jorge Fernandes (1988) – Operários para França e Inglaterra (1914-1918): experiências da emigração portuguesa intra-europeia. *Revista da Faculdade de Letras: História*, vol. 5, p. 317-336.

ALVES, Jorge Fernandes (1993) – *Os Brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Universidade do Porto (tese de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Universidade do Porto).

ALVES, Jorge Fernandes (2007) – *Brasil, terra de esperanças – utopia e realidade na emigração portuguesa*. Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições.

ALVES, Jorge Fernandes (2013) – Políticas e práticas de emigração em Portugal na Primeira República (1910-1926). *Revista Porto*, vol. 2, n.º 3, p. 17-38.

BRAUDEL, Fernand (1995) – *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*, vol. 1 (2.ª ed.). Lisboa: Publicações Dom Quixote, Lda.



- COSTA, Mário Jorge Martinho da (2019) – *A emigração no distrito de Coimbra através dos registos de passaportes (1835-1918)*. Porto: Universidade do Porto (tese de doutoramento em História apresentada à Universidade do Porto).
- CROCI, Federico (2008) – O chamado das cartas: migrações, cultura e identidade nas cartas de chamada dos italianos no Brasil. *Locus: Revista de História*, vol. 14, n.º 2, p. 13-39.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1978) – L'emigration portugaise (XVe-XXe siècles). Une constante structural et les réponses aux changements du monde. *Revista de História Económica Social*, n.º 1, p. 5-32.
- LEITE, Joaquim da Costa (1991) – O transporte de emigrantes: da vela ao vapor na rota do Brasil, 1851-1914. *Análise Social*, vol. XXVI (3.º-4.º) (n.º 112-113), p. 741-752.
- LEITE, Joaquim da Costa (1996) – Os negócios da emigração (1855-1914). *Análise Social*, vol. XXXI (2.º-3.º) (n.º 136-137), p. 381-396.
- MATOS, Maria Izilda Santos de (2012) – Mobilidades e escritos: mensagens trocadas (São Paulo – Portugal 1890-1950). *História: Questões & Debates*, vol. 56 (jan./jun.), p. 113-136.
- MATOS, Maria Izilda Santos de (2013) – Na espera da mala postal: cartas, correspondências e mensagens trocadas entre portugueses (São Paulo – Portugal – 1890-1950). *Convergência Lusíada*, n.º 29, p. 7-21.
- MATOS, Maria Izilda Santos de (2017) – “Podes vir que aqui estou a tua espera”: a viagem e a mala do e/ímigrante na literatura epistolar de portugueses em São Paulo (1890 e 1930). In: MENEZES, Lená Medeiros de, SOUSA, Fernando de (orgs.) – *Brasil-Portugal: pontes sobre o Atlântico - múltiplos olhares sobre a e/migração*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Rio de Janeiro, p. 27-42.
- MONTEIRO, Paulo Filipe (1985) – *Terra que já foi terra: análise sociológica de nove lugares agro-pastoris da Serra da Lousã*. Lisboa: Edições Salamandra.
- MONTEIRO, Paulo Filipe (1994) – *Emigração: o eterno mito do retorno*. Oeiras: Celta Editora.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1981) – *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Porto: A Regra do Jogo.
- PEREIRA, Miriam Halpern (2013) – A Primeira República e a política de emigração. *Revista IHGB*, vol. 459, p. 77-90.
- PIMENTEL, Soraia Cristina da Silva (2014) – *Emigrar em tempos de guerra: a emigração do distrito de Coimbra entre 1914-1918*. Coimbra: Universidade de Coimbra (dissertação de mestrado em História, na área de especialização em Época Contemporânea apresentada à Universidade de Coimbra). Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/27427> (acedido em 04/06/2020).
- RODRIGUES, Henrique Fernandes (2010) – Imagens da emigração oitocentista na correspondência enviada ao Brasil. *Cadernos de História*, vol. 11, n.º 15, p. 94-138.
- RODRIGUES, Henrique Fernandes (2017) – Emigração do Alto Minho e a saudade nas escritas familiares de oitocentos. *CEM/cultura, espaço e memória*, n.º 8, p. 373-389.
- SERRÃO, Joel (1976) – *Testemunhos sobre a emigração portuguesa – Antologia*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SERRÃO, Joel (1982) – *Emigração portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SILVA, Brasilina Pereira da (2014) – *Cartas de chamada. A dimensão familiar da emigração*. Disponível em <http://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/cartas-de-chamada-a-dimensao-familiar-da-emigracao> (acedido em 06/02/2019).

